

PROCESSO TCE Nº 124.256

ENTIDADE: Secretaria de Estado de Planejamento-SEPLAN

NATUREZA: Prestação de Contas Anual

OBJETO: Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Planejamento, referente ao exercício de 2016.

RESPONSÁVEL: Márcio Veríssimo Carvalho Dantas (Secretário)

RELATORA: Conselheira Naluh Maria Lima Gouveia

## ACÓRDÃO Nº 11.843/2020

### Plenário

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN, exercício de 2016. Regular com ressalva. Notificação. Ciência. Arquivamento do processo.

**Vistos, relatados e discutidos** os autos do processo acima identificado, acordam os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora: **1)** considerar regular com ressalva, com fundamento no artigo 51, inciso II, da LCE nº 038/1993, a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN, exercício de 2016, de responsabilidade do Senhor **Márcio Veríssimo Carvalho Dantas** (Secretário), tendo como ressalva a publicação fora do prazo dos 1º e 2º Termos Aditivos ao Contrato nº 108/2014 – Kampa Viagens, Serviços e Eventos Ltda, bem como, ausência de publicidade do 3º Termo Aditivo, assinado em 02/01/2016 (fl. 2.273), não foi considerado prejuízo ao erário público. **2)** Pela **notificação** do atual Secretário da SEPLAN, para tomar ciência desta decisão e observar a legislação em vigor e que doravante não mais adotar tais práticas ferindo às normas legais da administração pública e que promova as devidas correções para as próximas edições da matéria e de tudo dando ciência

a esta Corte de Contas, sob pena de responsabilidade legal. **3)** Dar ciência ao Governador do Estado e ao Presidente da Assembleia Legislativa do resultado apurado por esta Corte de Contas. **4)** Dar ciência ao Senhor **Márcio Veríssimo Carvalho Dantas** do teor desta decisão. **5)** Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

Rio Branco-Acre, 30 de abril de 2020.

Conselheiro **Antonio Cristovão Correia de Messias**  
Presidente do TCE/AC.

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**  
Relatora

Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**

Conselheiro **Valmir Gomes Ribeiro**

Conselheiro **Antonio Jorge Malheiros**

Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**

Conselheira **Dulcinéa Benício de Araújo**

Fui presente:

**João Izidro de Melo Neto.**

Procurador – Chefe do MPC/TCE/AC

PROCESSO TCE Nº 124.256

ENTIDADE: Secretaria de Estado de Planejamento-SEPLAN

NATUREZA: Prestação de Contas Anual

OBJETO: Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Planejamento, referente ao exercício de 2016.

RESPONSÁVEL: Márcio Veríssimo Carvalho Dantas (Secretário)

RELATORA: Conselheira Naluh Maria Lima Gouveia

## RELATÓRIO

1) Tratam os autos da Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN/AC, referente ao exercício de 2016, de responsabilidade do Senhor Márcio Veríssimo Carvalho Dantas (Secretário). O encaminhamento da Prestação de Contas deu-se por meio do Ofício/Gabinete/nº 263/SEPLAN/2017, para esta Corte de Contas, em cumprimento a Resolução TCE/AC nº 087/2013 – 3ª edição, dando entrada em 27 de abril de 2017, sob o Protocolo nº 014933242095732016416A, sendo assim, **Tempestiva**. O julgamento das contas segue o que estabelece o artigo 71, inciso II, da Constituição Federal de 1988, artigo 61, inciso II, da Constituição Estadual; artigo 36, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993 e artigo 6º, inciso III, do Regimento Interno. E ainda, que os exames às contas foram conduzidos em observância às normas contábeis e sob a ótica da legislação aplicada à Administração Pública. Quanto os anexos exigidos no Manual de Referência – 3ª edição, após mandado de citação (fl. 6), o gestor apresentou a todos.

**2) A análise técnica procedida pela DAFO/1ª IGCE, fls. 1819/1834 (Relatório Preliminar) e fls. 2270/2274 (Relatório Conclusivo), apurou os seguintes resultados:**

**a) O gestor encaminhou o Rol dos Responsáveis**, acompanhado de seus respectivos atos de nomeação, designação e/ou exoneração (anexo II, Doc 2, item II, do Sistema de Informação de Prestação de Contas).

**b) Da Gestão Orçamentária e Financeira** (fls. 1820/1822), o orçamento do exercício de 2016 da SEPLAN/AC, foi aprovado pela Lei Estadual nº 3.098 de 29 de dezembro de 2015, onde se verifica a estimativa da receita e a fixação da despesa, no montante de R\$ 368.012.491,03. No decorrer do exercício foram abertos créditos suplementares e por anulações no valor de R\$ 51.397.127,80 e R\$ 162.910.542,31, respectivamente, alterando para um valor a menor de R\$ 256.499.076,52, com uma variação negativa de 30,30%. Esse resultado negativo deve-se a entrada de receita zero e despesas empenhadas no valor de R\$ 39.567.459,12. Ocorre, que com o repasse no valor de R\$ 37.755.366,23 o déficit diminuiu ficando na ordem de R\$ 1.812.092,89, o que recomenda um melhor planejamento orçamentário e financeiro. **Em relação a gestão financeira** a instrução verificou que o saldo financeiro encontrado está em consonância com o saldo financeiro verificado nas contas bancárias e a respectiva conciliação quando comparado com o Balanço Financeiro, da ordem de R\$ 753.852,43 (fl. 1.852). **Na mesma esteira**, foi verificado pela instrução, que o Ente tem lastro financeiro para honrar os compromissos assumidos com Restos a Pagar.

**c) Gestão Patrimonial** (fls. 1823/1825)), **com relação a Atualização do Inventário Analítico dos Bens Móveis e Imóveis** a instrução constatou a ausência de algumas informações, no entanto, por meio da **Conta Bens**

**Móveis** - BP foi possível verificar que houve movimentação (saída) nos Bens da Unidade, consequentemente uma redução do saldo existente o que justifica os relatórios apresentados. **No tocante aos Bens Imóveis**, a instrução constatou por meio do relatório apresentado – “Modelo 05 – Demonstrativo da Atualização dos Bens Imóveis do ano de 2016, percebe-se a atualização dos **Bens Imóveis** no valor de R\$ 3.924.575,53. **Em relação ao Relatório de Movimentação do Almoxarifado** o gestor atendeu as exigências contidas no item XVI, do anexo II, do Manual de Referência – 3ª edição da Resolução TCE/AC nº 087/2013, com essa documentação enviada, a área técnica conseguiu demonstrar que estar em conformidade com o saldo apresentado na conta Estoque – BP. **As variações no “Resultado do Exercício”** constante no Balanço Patrimonial está em conformidade com o resultado do cálculo dos valores de R\$ 37.760.913,10 menos R\$ 38.807.431,17, valores estes, apresentados nas contas Variação Patrimonial Aumentativa e Diminutiva – DVP (fl. 1825).

**d) Licitações e Contratos**, Com a finalidade de atender às exigências contidas no item VII do Anexo II do Manual de Referência – 3ª edição, da Resolução TCE/AC nº 087/2013, foi expedido o ofício TCE/AC/DAFO/1ª IGCE/OF/Nº 369/2019, solicitando, por amostragem, o envio de documentos dos processos relacionados no Quadro 05-Licitações e Contratos (fl. 1826) e foi verificado que a SEPLAN atendeu todos os critérios estabelecidos nos Decretos números 5.967/2010 e 10.520/2002 e na Lei Federal de Licitações nº 8.666/1993. No entanto, a área técnica identificou que 1ª Termo Aditivo do Contrato nº 108/2014-firmado com a Kampa Viagens, Serviços e Eventos Ltda, só foi publicado após o prazo definido no Contrato, em relação ao 3º Termo Aditivo não foi localizada a sua publicação no DOE, o que foi considerado, pela área técnica, **como ressalva**.

**e) Em Relação a Recursos Concedidos** foi constatado durante a instrução que a SEPLAN concedeu durante o exercício o valor de R\$ 260.393,50. Foi verificada a ausência de prestação de contas da 1ª parcela do Terceiro Termo Aditivo ao Convênio nº 001/2014/PDSA II, no valor de R\$ 70.670,93, em descumprimento ao estabelecido na Cláusula Décima Primeira do Termo de Convênio. Durante a defesa o gestor comprovou que a diferença é relativa a pagamentos realizados no exercício de 2017, o que foi comprovado pela área técnica (fl. 2.271).

**f) Com relação Diárias, Suprimentos de Fundos e Obras Contratadas** todos esses eventos estão em conformidade com a Resolução TCE/AC nº 087/2013 – 3ª edição do referido Manual.

**g) Parecer das Contas pelo Controle Interno.** Na instrução, verifica-se o cumprimento do gestor em relação ao envio do Parecer pelo o Controle Interno das contas ora analisadas, em obediência as exigências contidas no artigo 4º da Resolução TCE/AC nº 076/2012.

**3) Regularmente** citado, por duas ocasiões (fls. 10 e 1.838), o Senhor **Márcio Veríssimo Carvalho Dantas** (Secretário), apresentou defesa (fls. 1.846/2.265), de forma **tempestiva**.

**4) Instada** a se manifestar sobre a defesa juntada aos autos, a 1ª IGCE, emitiu Relatório Conclusivo de Análise Técnica de fls. 2.270/2.274, considerando superadas as irregularidades das Contas Anuais da SEPLAN exercício de 2016, permanecendo somente ressalvas.

**5) Às fls. 2.279 a 2.280, o Ministério Público de Contas** junto a este Tribunal manifestou-se em pronunciamento da lavra da Ilustre Procuradora Senhora **Anna Helena de Azevedo Lima**.

6) Na forma regimental, os autos foram distribuídos em 12 de maio de 2017.

**É o relatório.**

Rio Branco – Acre, 22 de abril de 2020.

Cons.<sup>a</sup> Naluh Maria Lima Gouveia

Relatora



PROCESSO TCE Nº 124.256

ENTIDADE: Secretaria de Estado de Planejamento-SEPLAN

NATUREZA: Prestação de Contas Anual

OBJETO: Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Planejamento, referente ao exercício de 2016.

RESPONSÁVEL: Márcio Veríssimo Carvalho Dantas (Secretário)

RELATORA: Conselheira Naluh Maria Lima Gouveia

## VOTO

**O EXMA. SENHORA CONSELHEIRA NALUH MARIA LIMA GOUVEIA  
(Relatora):**

1. Tratam os autos da Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Planejamento do Acre-SEPLAN, referente ao exercício de 2016, sob a responsabilidade do Senhor **Márcio Veríssimo Carvalho Dantas** (Secretário), à época, que foi encaminhada **tempestivamente** a esta Corte de Contas em 27 de abril de 2016, em atendimento a Resolução/TCE nº 087/2013.

2. Após a fase do contraditório, a 1ª IGCE/DAFO constatou: **a publicação fora do prazo dos 1º e 2º Termos Aditivos ao Contrato nº 108/2014 – Kampa Viagens, Serviços e Eventos Ltda, bem como, ausência de publicidade do 3º Termo Aditivo, assinado em 02/01/2016 (fl. 2.273), não foi considerado prejuízo ao erário público.**

## Em face do acima exposto, VOTO:

- 1) Pela **emissão de Acórdão**, com fundamento no inciso II, do artigo 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, considerando **REGULARES com Ressalva** a Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Planejamento do Acre – SEPLAN, exercício de 2016, tendo como principal responsável o Senhor **Márcio Veríssimo Carvalho Dantas** (Secretário), à época, **valendo como ressalvas** as ocorrências relacionadas ao Contrato nº 108/2014, firmado com a Empresa Kampa Viagens, Serviços e Eventos Ltda (fl. 2.272).
- 3) Pela **notificação** do atual Secretário da SEPLAN, para tomar ciência desta decisão e observar a legislação em vigor e que doravante não mais adotar tais práticas ferindo às normas legais da administração pública e que promova as devidas correções para as próximas edições da matéria e de tudo dando ciência a esta Corte de Contas, sob pena de responsabilidade legal.
- 4) Dar ciência ao Governador do Estado e ao Presidente da Assembleia Legislativa do resultado apurado por esta Corte de Contas.
- 5) Dar ciência ao Senhor Márcio Veríssimo Carvalho Dantas do teor desta decisão.
- 6) Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

## É como VOTO.

Rio Branco – Acre, 30 de abril de 2020.

Cons.<sup>a</sup> Naluh Maria Lima Gouveia  
Relatora